



Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação

ISSN: 1809-5844

ISSN: 1980-3508

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

Barros, Antonio Teixeira de
Valores políticos dos jornalistas do Congresso Nacional
Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação,
vol. 42, núm. 1, Janeiro-Abril, 2019, pp. 73-91
Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)

DOI: 10.1590/1809-5844201914

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69859351004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos academia projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Valores políticos dos jornalistas do Congresso Nacional

Political values of the journalists of the National Congress

Valores políticos de los periodistas del Congreso Nacional

DOI: 10.1590/1809-5844201914

Antonio Teixeira de Barros¹

<http://orcid.org/0000-0002-3061-8202>

¹(Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados. Brasília – DF, Brasil).

Resumo

A mídia tornou-se tão importante para a política e o parlamento que o Poder Legislativo brasileiro criou um sistema de comunicação próprio e recrutou mediante concurso público mais de 300 profissionais nos últimos anos, que atuam como servidores públicos, mas com a incumbência de fazer jornalismo político sob a perspectiva da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Cabe perguntar, então: que valores políticos movem esses jornalistas? Esses valores interferem em sua atividade? É com base nessas questões que o artigo apresenta como objetivo analisar esses valores a partir da percepção dos próprios jornalistas. Para tanto foi realizada uma pesquisa com 52% dos profissionais da Câmara e do Senado em 2017, com o intuito de traçar um perfil desses jornalistas a partir de seus valores políticos e profissionais. As principais conclusões indicam convergências nos valores políticos dos dois segmentos profissionais, mas assimetrias na avaliação dos valores profissionais. O contexto político e o modelo de gestão das mídias são os principais fatores que explicam tal assimetria.

Palavras-chave: Jornalismo e política. Parlamento. Valores políticos. Valores profissionais. Congresso Nacional.

Abstract

The media has become so important to politics and parliament that the Brazilian Legislative Branch has created its own communication system and has recruited over 300 professionals in recent years, who serve as public servants, but with the task of doing political journalism from the perspective of the Chamber of Deputies and the Federal Senate. So what is the political value of these journalists? Do these values interfere with your activity? It is based on these issues that the article aims to analyze these values from the perception of the journalists themselves. For that, a survey was carried out with 52% of professionals from the Chamber and the Senate in 2017, in order to draw a profile of these journalists based on their political and professional values. The main conclusions indicate convergences in the political values of the two professional segments, but asymmetries in the

evaluation of professional values. The political context and the media management model are the main factors that explain this asymmetry.

Keywords: Journalism and politics. Parliament. Political values. Professional values. National Congress.

Resumen

Los medios se han vuelto tan importante para la política y el parlamento que el Poder Legislativo brasileño creó un sistema de comunicación propio y reclutó mediante concurso público a más de 300 profesionales en los últimos años, que actúan como servidores públicos, pero con la incumbencia de hacer periodismo político bajo la perspectiva de la Cámara de Diputados y del Senado Federal. Cabe preguntarse, entonces: ¿qué valores políticos mueven a esos periodistas? Estos valores interfieren en su actividad? Es con base en esas cuestiones que el artículo presenta como objetivo analizar esos valores a partir de la percepción de los propios periodistas. Para ello se realizó una encuesta con 52% profesionales de la Cámara y del Senado en 2017, con el propósito de trazar un perfil de esos periodistas a partir de sus valores políticos y profesionales. Las principales conclusiones indican convergencias en los valores políticos de los dos segmentos profesionales, pero asimetrías en la evaluación de los valores profesionales. El contexto político y el modelo de gestión de los medios de comunicación son los principales factores que explican tal asimetría.

Palabras clave: Periodismo y política. Parlamento. Valores políticos. Valores profesionales. Congreso Nacional.

Introdução

A proximidade entre mídia e política, especialmente no caso do parlamento, não é novidade, porém, há um fenômeno novo nessa imbricada relação que é a contratação de jornalistas para atuarem como profissionais a serviço do Congresso Nacional brasileiro. Isso ocorreu após o Poder Legislativo brasileiro criar um sistema próprio de comunicação no final da década de 1990, com vários veículos, como rádio, TV e mídias digitais. Atualmente, são 318 jornalistas¹ recrutados mediante concurso público.

Ao contrário dos jornalistas das mídias convencionais, que são agentes externos ao parlamento, com acesso controlado e limitado às instituições, os “jornalistas legislativos” (GONÇALVES, 2010) fazem parte da instituição, são agentes *insider*. Além disso, eles são designados para fazer um “jornalismo diferenciado”, cujo teor é questionado pelos seus ex-colegas do mundo profissional *outsider*. Se os jornalistas externos vivem à caça de situações, casos e acontecimentos que se enquadrem na lógica dos escândalos e desvios da ética e do decoro parlamentar, como empreendedores da “moralização da política”, os profissionais *insider* estão lá com a missão de atuar como empreendedores da boa reputação das casas legislativas.

¹ Dados do final de junho de 2017.

Tal missão envolve valores políticos e profissionais específicos, os quais ainda carecem de exame. Esta é, portanto, a principal justificativa para a realização desse estudo, com o propósito de buscar elementos explicativos para iluminar esse objeto de estudo ainda obscuro e ignorado pelos pesquisadores do campo de Comunicação e Política e de mídia e parlamento. Os valores são essenciais na democracia e no jornalismo, pois ambos fazem parte de sistemas ancorados em modelos de ação que orientam as condutas políticas e profissionais. Os valores são entendidos como guias para os comportamentos individuais e coletivos (CANTRIL; ALLPORT, 1993). Isso significa dizer que existe uma dimensão social a ser considerada, ou seja, os valores são socialmente produzidos e reproduzidos, de acordo com o contexto, a época e a cultura. Os valores políticos são a base dos sistemas democráticos, tais como a soberania popular, a independência dos poderes políticos, o pluralismo, a liberdade, a igualdade, o respeito, a tolerância, a reciprocidade, a convivência civilizada, entre outros (SALAZAR; WOLDENBERG, 1997).

Para a realização da pesquisa, a estratégia metodológica foi recorrer diretamente a esses profissionais, por meio de um questionário eletrônico aplicado em maio de 2017. A divulgação do questionário contou com a colaboração de servidores da Câmara e do Senado, contactados por *e-mail*, redes sociais e telefone. As questões versam sobre avaliação do atual estágio da democracia, percepção sobre corrupção política, papel dos partidos políticos, políticas igualitárias, participação social, voto obrigatório e espectro ideológico partidário dos informantes. Antes da coleta de dados, foi realizado um pré-teste com cinco servidores de cada instituição, os quais não participaram da pesquisa final.

Antes da análise dos dados apresentamos uma breve abordagem sobre como foi criado o sistema de mídia da Câmara e do Senado, como surgiu a categoria de “jornalista legislativo”.

A emergência do sistema de mídia do Congresso Nacional

Conforme registram Barros, Bernardes e Macedo (2015, p.211), “assim como no Poder Executivo, o Poder Legislativo iniciou seu projeto de comunicação por meio do rádio”, para divulgação de informações na *Voz do Brasil*. Para tanto, Câmara e Senado criaram núcleos de radiojornalismo. Com a Assembleia Nacional Constituinte (1986-1987), as atividades de comunicação do Poder Legislativo ganharam novo impulso, resultando na ampliação das equipes e das rotinas de produção informativa. Entretanto, foi no final da década de 1990 que o sistema de comunicação dessas instituições adquiriu as feições das atuais “mídias legislativas”, com a criação da TV Senado, TV Câmara e demais veículos. Atualmente, cada uma das casas conta com emissora de rádio, canal de TV, agência de notícia *online*, assessoria de imprensa e equipes de mídias digitais².

² Para um histórico pormenorizado das mídias legislativas, consultar Barros et al (2007).

Ao analisarem os aspectos políticos do discurso fundador das mídias legislativas, Barros, Bernardes e Rodrigues (2014) identificam três aspectos: (1) justificativa baseada no princípio constitucional da publicidade; (2) contraposição à agenda negativa da mídia privada sobre o Poder Legislativo; (3) defesa institucional dos veículos legislativos, especialmente a política editorial e as estratégias de divulgação.

A transparência e a publicidade são os dois argumentos-chave que se pode destacar da citação acima. Ambas são consideradas inerentes à política, conforme argumenta Thompson (1995). O período de regime ditatorial (1964-1985) é apontado por Diniz (2000) como um momento histórico em que o Estado brasileiro desenvolveu uma “cultura do segredo”, gerando um déficit em termos de transparência e de publicidade dos atos governamentais e institucionais. Com a redemocratização e a entrada em vigor da Constituição de 1988, iniciou-se um processo de abertura das instituições públicas brasileiras, incluindo o Poder Legislativo.

Quanto ao segundo aspecto, a criação dos veículos informativos pelo Poder Legislativo “baseia-se, ainda, na constatação de que é dever da instituição complementar a atuação da imprensa comercial na publicização das atividades parlamentares, a fim de compensar o que foi caracterizado como as deficiências da mídia privada” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.16). Conforme registram os autores, “a iniciativa teve como base o diagnóstico negativo da imagem das instituições legislativas, o papel dos veículos da mídia comercial nesse quadro e a possibilidade de alterá-lo” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.16). Logo, “o possível efeito negativo da cobertura da mídia para a imagem do Parlamento é outro componente importante do discurso fundador” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.16).

Na avaliação dos atores institucionais das duas casas legislativas, “as práticas e as rotinas da mídia comercial concorrem para um tratamento episódico e fragmentado dos assuntos que poderiam favorecer o exercício da cidadania e da democracia” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.16). Apesar do diagnóstico dos autores de que “esse aspecto do discurso fundador das mídias legislativas é centrado numa avaliação negativa das mídias privadas e numa subjacente crítica ao modelo de jornalismo convencional” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.16), o que se observa é que o aparato burocrático de comunicação do Poder Legislativo tem como referência os padrões privados, até mesmo pela origem dos profissionais que atuam no sistema (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.19).

Quanto ao terceiro componente do discurso fundador das mídias legislativas, os autores ressaltam que existe uma avaliação interna de que é dever do Poder Legislativo “aumentar as opções de informações relativas ao Parlamento para o cidadão” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.21). Um dos fundamentos desse discurso é a defesa do interesse público, entendido pelos atores institucionais como uma bússola para orientar as práticas de comunicação pública e de divulgação institucional, a fim de fomentar a transparência das atividades das duas casas legislativas. O sistema de informação da

Câmara e do Senado são entendidos internamente como sistemas públicos porque atuam em sintonia com a transparéncia e o caráter democrático que os rege. Em suma, seriam públicos porque assumem “a responsabilidade de emitir, transmitir e receber mensagens da sociedade brasileira, sempre com o sentido de responsabilidade social” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.20).

Em linhas gerais, “o discurso fundador é centrado na difusão de informações jornalísticas, ou seja, o modelo que impera no setor privado” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.22). Essas mídias, portanto, “atuam principalmente como centros burocráticos distribuidores de conteúdos, cujo diferencial é o enquadramento noticioso e a seleção de informações sob um prisma favorável ao Poder Legislativo” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.22). Com isso, “pretende-se mudar a reputação institucional, aumentar a visibilidade das abordagens positivas e conferir publicidade a aspectos negligenciados pela mídia comercial” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.22).

Assim, na avaliação dos autores, o sistema de comunicação do Congresso Nacional apresenta-se “como contraponto à cobertura da mídia privada, como se a oferta de informação com angulação institucional fosse suficiente para produzir efeitos decisivos na opinião pública, legitimar a atuação desse sistema perante a sociedade e alterar o cenário político” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.22). Atualmente, “esse sistema também se coaduna com as diretrizes de transparéncia da Câmara e do Senado, principalmente após a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação, no final do primeiro semestre de 2012” (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014, p.22).

A midiatização do parlamento e a emergência do “jornalista legislativo”

A intensificação do processo de midiatização da política (ESSER, 2013) levou à midiatização do parlamento brasileiro (FREITAS, 2008), com a institucionalização de um sistema próprio de mídias, que receberam a denominação de *mídias das fontes* (SANT'ANNA, 2006, 2009) ou *mídias legislativas* (BARROS; BERNARDES; RODRIGUES, 2014). O que caracteriza esse novo sistema de informação é o fato de ser mantido por instituições até então consideradas apenas como fonte de informação para os jornalistas do setor privado.

Há estudos que questionam esse novo modo de comunicação política, sua natureza e suas funções (QUEIROZ, 2009; BERNARDES, 2011; BARROS; BERNARDES, 2015). Entretanto, ainda não há consenso sobre a natureza e as especificidades dessas mídias, que também são denominadas de *sistemas híbridos de comunicação*, uma vez que utilizam variadas estratégias de divulgação institucional, com algumas técnicas do jornalismo, de comunicação política e de divulgação institucional.

A pesquisa de Bernardes (2011) com os profissionais da Câmara revela que o grupo, de forma unânime, prefere que suas atividades recebam a denominação de jornalismo, sob a alegação de que todos são jornalistas profissionais, recrutados por meio de um concurso

que exigia o diploma de jornalismo. Além disso, todas as denominações institucionais das funções e das atividades recebem a nomenclatura da área. No caso do Senado, a discussão resultou no rótulo de “jornalismo legislativo”, como tentativa de especificar ou qualificar uma nova modalidade ou ramo profissional (FREITAS, 2008; GONÇALVES, 2010).

O “jornalismo legislativo” se diferencia ainda do jornalismo institucional porque este último seria uma forma de comunicação institucional, voltado geralmente para os públicos internos de uma instituição. Segundo essa perspectiva, os “veículos de comunicação legislativa, onde se pratica o jornalismo legislativo, são, portanto, veículos de massa voltados para um público heterogêneo e difuso, isto é, a sociedade” (KUROVSKI, 2008, p.21). Freitas (2008, p.38) destaca ainda que, com o “jornalismo legislativo”, o público “passa a ter acesso a assuntos e fatos que, segundo os critérios mercadológicos de noticiabilidade, não seriam notícias nos veículos comerciais e interessados nos outros poderes”. Em suma, o autor argumenta que o “jornalismo legislativo” se diferencia “não só como fonte de informações, mas, principalmente, oferecendo ao cidadão, da forma mais abrangente possível, o que acontece no âmbito do Parlamento, sem o corte editorial da mídia tradicional” (FREITAS, 2008, p.34).

Em decorrência da fundação das *mídias legislativas*, surge uma categoria profissional específica na área de jornalismo, ou seja, um tipo de servidor público na estrutura funcional do Poder Legislativo, com a atribuição específica de jornalista, visto que os concursos até então realizados exigem como requisito obrigatório para o exercício do cargo. O primeiro concurso público foi realizado para atender as duas casas legislativas, em 1995. Em 2003, foi realizado outro concurso nos mesmos moldes e posteriormente as instituições realizaram concursos separadamente. Atualmente, o corpo funcional de jornalistas é de 186 no Senado e 132 na Câmara dos Deputados, totalizando 318 profissionais.

Para Gonçalves (2010, p.12-13), os “jornalistas legislativos” são atores com relações “de duplo pertencimento ou de dupla identidade”, pois “transitam em espaços de convivência e interação entre a imprensa, o meio político e o da administração pública”. São, portanto, “em essência, jornalistas-servidores públicos”. Como tal, trata-se de uma categoria ainda pouco estudada, mas de relevância para o contexto brasileiro. Essa é, portanto, uma das principais razões para a realização do estudo, cujos dados são apresentados na sequência.

Análise dos dados

O universo pesquisado está identificado na Tabela 1, com maior concentração de profissionais nas áreas de mídia impressa, mídias digitais, audiovisual e TV. Rádio e assessoria de imprensa são as áreas com a menor quantidade de jornalistas nas duas instituições.

Tabela 1 – Jornalistas - Câmara e Senado

Áreas	Senado	Câmara	Total
Mídia impressa	35	23	58
Mídias digitais	36	29	65
Audiovisual	14	12	26
TV	58	34	92
Rádio	26	16	42
Assessoria de imprensa	6	9	15
Outros	11	9	20
Total	186	132	318

Fonte: elaboração própria.

O grupo de respondentes de cada instituição corresponde a 52,7% do total de jornalistas do Senado e 52,2% da Câmara, como mostra a Tabela 2. Ambos os grupos são estatisticamente representativos, pois somam mais da metade dos jornalistas das duas instituições.

Tabela 2 – Proporção de respondentes

Instituição	Jornalistas	Respondentes	%
Senado	186	98	52,7
Câmara	132	72	52,2
Total	318	170	-

Fonte: elaboração própria.

Algumas informações do perfil dos respondentes (Tabela 3) chamam atenção, como o predomínio de homens em ambas as instituições, um corpo profissional maduro em termos etários, cujo principal segmento está na faixa etária de 41 a 51 anos, com até 15 anos de serviço na instituição, atuando principalmente em mídias digitais e TV, nas funções de repórter e editor. Predominam os profissionais recrutados do setor privado.

Tabela 3 – Perfil dos respondentes (n=170)

Sexo	Senado (%)	Câmara (%)
Feminino	56,1	56,9
Masculino	43,9	43,1

Faixa etária		
Até 30 anos	3,1	2,8
31 a 40 anos	27,6	18,3
41 a 50 anos	42,9	47,9
51 a 60 anos	25,5	31,0
Acima de 60	1,0	0,0
Tempo de serviço na instituição		
Até 5 anos	9,3	8,3
6 a 10 anos	30,9	27,8
11 a 15 anos	41,2	47,2
16 a 20 anos	15,5	15,3
Acima de 20 anos	3,1	1,4
Área de atuação		
Mídia impressa	10,2	6,9
Mídias digitais	26,5	31,9
TV	27,6	34,7
Rádio	21,4	18,1
Assessoria de imprensa	12,2	4,2
Outros	2,1	4,2
Função atual		
Repórter	32,7	38,9
Editor	31,6	30,6
Pauta	8,2	5,6
Chefe	13,3	13,9
Diretor	3,1	2,8
Outros	11,2	8,3
Setor de trabalho anterior		
Setor privado	65,3	72,2
Setor público	28,6	15,3
Terceiro setor	8,2	12,5

Fonte: elaboração própria.

Ao serem indagados sobre a situação da democracia brasileira nas últimas décadas, a opinião dos dois grupos apresenta mais similaridades do que divergências. A principal semelhança diz respeito aos maiores percentuais no item “avançou pouco” (36,7% e 45,8%, respectivamente), seguida da alternativa “avançou muito” (23,5% e 26,1%), como mostra a Tabela 4. A terceira convergência está na alternativa “retrocedeu muito” (6,1% e 6,9%,

respectivamente). A única divergência refere-se ao item “retrocedeu pouco” (11,2% no Senado e apenas 2,8% na Câmara).

Tabela 4 – Em relação à democracia brasileira nas últimas décadas, você acha que:³

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Avançou muito	23,5	36,1
Avançou pouco	36,7	45,8
Estagnou	22,4	8,3
Retrocedeu pouco	11,2	2,8
Retrocedeu muito	6,1	6,9
Total	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria.

A similaridade se repete na questão que avalia controle e ao combate da corrupção política, como mostra a Tabela 5. É importante ressaltar que tanto as percepções sobre o estágio atual da democracia quanto em relação à corrupção são pertinentes ao escopo analítico dos valores políticos dos informantes, haja vista que ambas as questões estão relacionadas com crenças e valores acerca do regime político e de um tema considerado atualmente fundamental para a qualidade da democracia: o combate à corrupção. Dessa forma, as opiniões dos dois grupos revelam elevadas expectativas dos respondentes quanto ao avanço da democracia e aos anseios de combate à corrupção no País.

Tabela 5 – Em relação ao controle e ao combate da corrupção política no Brasil nas últimas décadas, você acha que:

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Avançou muito	27,6	36,1
Avançou pouco	37,8	45,8
Estagnou	26,5	8,3
Retrocedeu pouco	7,1	2,8
Retrocedeu muito	1,0	6,9
Total	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria.

Outra questão relevante sob a ótica dos valores políticos é a avaliação dos informantes sobre o voto do conjunto dos cidadãos brasileiros. Isso porque nos países com

³ O questionário foi baseado em Moisés (2008); Almeida e Kerbauy (2014); Perissinotto e Braunert (2006); e Lima e Cheibub (1996), com adaptações.

eleições democráticas o voto é igualitário, sem pesos diferenciados como na época do voto censitário. Trata-se de um princípio formal de igualdade política, eliminando, em tese, as interferências de hierarquias econômicas e sociais. Essa visão hierarquizada e valorativa do voto, contudo, ainda aparece na percepção dos dois grupos consultados, como mostra a Tabela 6. Em ambos os grupos predomina a visão elitista de que a maioria dos eleitores brasileiros “vota de vez em quando de forma consciente” ou mesmo a opinião de que o povo “não sabe votar”.

Nesse tipo de avaliação há uma tendência de valorização de sua própria capacidade e competência política para votar, enquanto a capacidade dos outros é posta em dúvida ou até mesmo desqualificada. A literatura denomina este fenômeno de *efeito de terceira pessoa*. Segundo essa perspectiva, tendemos a pensar que somos eleitores responsáveis e conscientes, porém “os outros” não levam seu voto a sério, por serem ignorantes politicamente ou desatentos (DAVISON, 1983).

Tabela 6 – Na sua opinião, a maioria dos brasileiros:

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Vota sempre de forma consciente	3,1	4,2
Vota de vez em quando de forma consciente	55,7	48,6
Não sabe votar	41,2	47,6
Total	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 7 apresenta um cenário de opinião muito favorável ao papel dos partidos políticos na democracia brasileira, o que certamente se explica pelo fato de os informantes serem servidores do Congresso Nacional, destoando da opinião geral da população. Trabalhar em uma instituição em que os partidos exercem funções de extrema relevância certamente torna esse segmento diferenciado em relação ao conjunto da população brasileira. A própria rotina laboral contribui para que os servidores entendam na prática as funções dos partidos. Ademais, é oportuno esclarecer que a pergunta feita no websurvey limita-se à necessidade das agremiações partidárias na democracia representativa, não havendo questionamento sobre atuação delas ou confiança dos informantes nos partidos. Examinar a percepção social acerca das organizações partidárias também constitui um modo de se fazer inferências sobre valores políticos, visto que se trata de um tipo de medida de reputação política.

Tabela 7 – Em relação ao papel dos partidos políticos na democracia, qual sua opinião?

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
São totalmente necessários	73,5	84,7
São pouco necessários	24,5	15,3

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
São totalmente desnecessários	2,0	0,0
Total	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria.

Quanto à opinião dos dois grupos sobre as políticas igualitárias, como exposto na Tabela 8, observa-se um consenso dos informantes a favor dessas políticas, com aprovação de todos os itens listados no questionário superior a 90%. A aparente dispersão de respostas pode indicar um problema na concepção do questionário e não discordância dos informantes acerca do conjunto dos direitos elencados na Tabela 7.

Sob a ótica das políticas igualitárias, ressalta-se, pois, que os jornalistas consultados concebem a igualdade como um dos valores fundamentais da democracia. A relação entre igualdade e democracia é apontada na literatura como um dos aspectos centrais nas análises sociopolíticas da atualidade, uma espécie de “novo consenso da sociedade brasileira” (BALBACHEVSKY; HOLZHACKER, 2011). A perspectiva de democracia igualitária ressalta que “os direitos políticos e liberdades civis formais são insuficientes para a igualdade política” (COPPEDGE; GERRING; LINDBERG, 2012, p.100). Assim, os sistemas políticos ancorados na democracia eleitoral são considerados necessários, porém, insuficientes para reduzir as desigualdades.

Tabela 8 – Com quais das políticas de direitos igualitários você concorda?

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Igualdade de direitos entre homens e mulheres	9,2	12,5
Igualdade de direitos entre brancos, negros e indígenas	7,1	12,5
Igualdade de direitos entre heterossexuais, homossexuais, bissexuais e transgêneros	5,1	11,1
Igualdade de direitos entre pessoas de diferentes religiões	8,2	12,5
Igualdade de direitos entre trabalhadores domésticos e dos demais setores	6,1	8,1
Concordo com todas	93,9	97,2
Não concordo com nenhuma	0,0	0,00

Fonte: elaboração própria.

A mesma tendência de opinião predomina ao serem indagados acerca dos direitos das famílias, uma das pautas que tem causado ampla repercussão na opinião pública, devido à proposta do Estatuto da Família⁴, cuja finalidade é definir o conceito de família. Como se vê

⁴ Trata-se do Projeto de Lei 6583/2013, de autoria do deputado Anderson Ferreira (PR/PE), que define o conceito de família como “a entidade familiar formada a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”.

na Tabela 9, há ampla adesão dos dois grupos de informantes à visão de que todos os tipos de família devem ser tratados de forma igualitária pelo Estado. A concepção de igualdade como valor democrático fundamental se confirma, portanto. Ideia compatível com a análise sociológica sobre o tema. Como toda construção histórica e cultural é dinâmica, a família também é afetada por tal dinamismo, o que implica atualizações em sua compreensão formal e jurídica. Conforme explica Manuel (1995, p.97): “a família como berço, paradigma, chave hermenêutica e horizonte de significação de uma democracia sempre a aperfeiçoar e a desenvolver, qual tarefa jamais consumada”.

Tabela 9 – Em relação aos direitos das famílias, qual sua opinião?

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Todos os tipos de família devem ser tratados de forma igualitária perante a lei	88,4	91,2
A família que merece proteção do Estado é somente aquela formada por um homem e uma mulher	4,2	4,4
Não tenho opinião formada	7,4	4,4
Total	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria.

Conforme demonstrado nas Tabelas 10 e 11, os dois grupos de informantes mostram-se favoráveis a todas as formas de participação cidadã incluídas no questionário, seja no âmbito institucional ou não institucional⁵. Comparando as duas tabelas percebe-se que os respondentes consideram a participação política como um valor democrático, sem apresentarem visões que sejam expressivamente distintas acerca do tipo e da forma de participação.

Tabela 10 – Acerca das formas de participação política e social na esfera institucional, com quais você concorda?

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Plebiscitos	1,0	13,9
Referendos	1,0	11,1
Conselhos gestores setoriais (educação, saúde, juventude etc.)	1,0	13,9
Conferências nacionais setoriais (educação, saúde, juventude etc.)	1,0	11,1
Orçamento participativo	3,1	11,1

⁵ Usamos aqui a tipologia de Borba (2012), segundo a qual a participação institucional está diretamente relacionada com a esfera estatal, enquanto a participação não institucional estaria na esfera extraestatal.

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Consultas públicas <i>online</i>	2,0	9,7
Audiências públicas <i>online</i>	2,0	8,3
Petições <i>online</i>	1,0	5,6
Apoio todos	88,7	87,5
Não apoio nenhum	0,0	0,0
Sou indiferente	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 11 – Em relação à participação política não institucional, quais formas você apoia?

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Greves	2,0	5,6
Boicotes	1,0	5,6
Protestos	4,1	8,3
Abaixo-assinados	11,2	6,9
Passeatas	9,2	7,9
Petições	9,2	6,9
Ativismo digital	10,2	8,3
Apoio todos	81,6	90,3
Não apoio nenhuma	2,0	2,0

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 12 mostra a rejeição da obrigatoriedade do voto pelos dois grupos consultados, embora haja um percentual expressivo que é favorável. A literatura registra que essa questão permanece relevante no debate acerca do grau de maturidade da democracia brasileira (ELKINS, 2000, p.128). A instituição do voto obrigatório, em 1932, foi justificada como estímulo ao fortalecimento do sistema democrático, mediante a alegação de que “o voto obrigatório aumenta a representação de várias características demográficas importantes”, assegurando uma representação mais democrática. Dessa forma, o voto obrigatório poderia “encorajar indivíduos marginalizados a propor ideias, definir políticos responsivos, e buscar fazer diferença na forma como o governo funciona”. Argumentava-se, na época, que na situação nacional, “onde existem níveis extraordinariamente altos de desigualdade e onde a transição para a democracia não está completada, tal catalisador é altamente desejável” (ELKINS, 2000, p.130).

Por outro lado, também existem críticas à obrigatoriedade do voto. A justificação mais frequente é a abolição desse procedimento pelas democracias mais avançadas. Outros críticos questionam como é possível que um direito político seja considerado obrigatório. Soares (2004, p.109) explica que o voto “significa a plena aplicação do direito ou liberdade

de expressão”, caracterizando-se, assim, “mais como um direito subjetivo do cidadão do que um dever cívico”. Assim “para ser pleno, esse direito deve compreender tanto a possibilidade de se votar como a consciência determina, quanto a liberdade de abster-se de votar sem sofrer qualquer sanção do Estado”.

Tabela 12 – Você concorda com o voto obrigatório?

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Sim	35,4	22,5
Não	64,6	77,5
Total	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria.

Quanto ao perfil ideológico, a Tabela 13 mostra que prevalecem as opiniões dos que se declaram de centro-esquerda e de esquerda, nos dois grupos. Embora o debate acerca do espectro ideológico seja plástico e não consensual na literatura, sobretudo quanto à dicotomia entre esquerda e direita e suas respectivas derivações e graduações, a referida classificação permanece sendo aplicada (TAROUCO; MADEIRA, 2013; SCHEEFFER, 2014).

É oportuno salientar, entretanto, que o questionário requeria aos jornalistas que se autodenominassem, isto é, trata-se de uma autopercepção. Os estudos sobre o assunto revelam que o centro é visto como um espectro intermediário. Esquerda e direita são espectros relacionais, ou seja, um se define em relação ou oposição ao outro. Assim, a direita é vista como um eixo ideológico movido pelas “forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado” (SCHEEFFER, 2014, p.4). A esquerda “representa o conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial da mesma” (SCHEEFFER, 2014, p.4).

Tabela 13 – Em termos políticos você se considera:

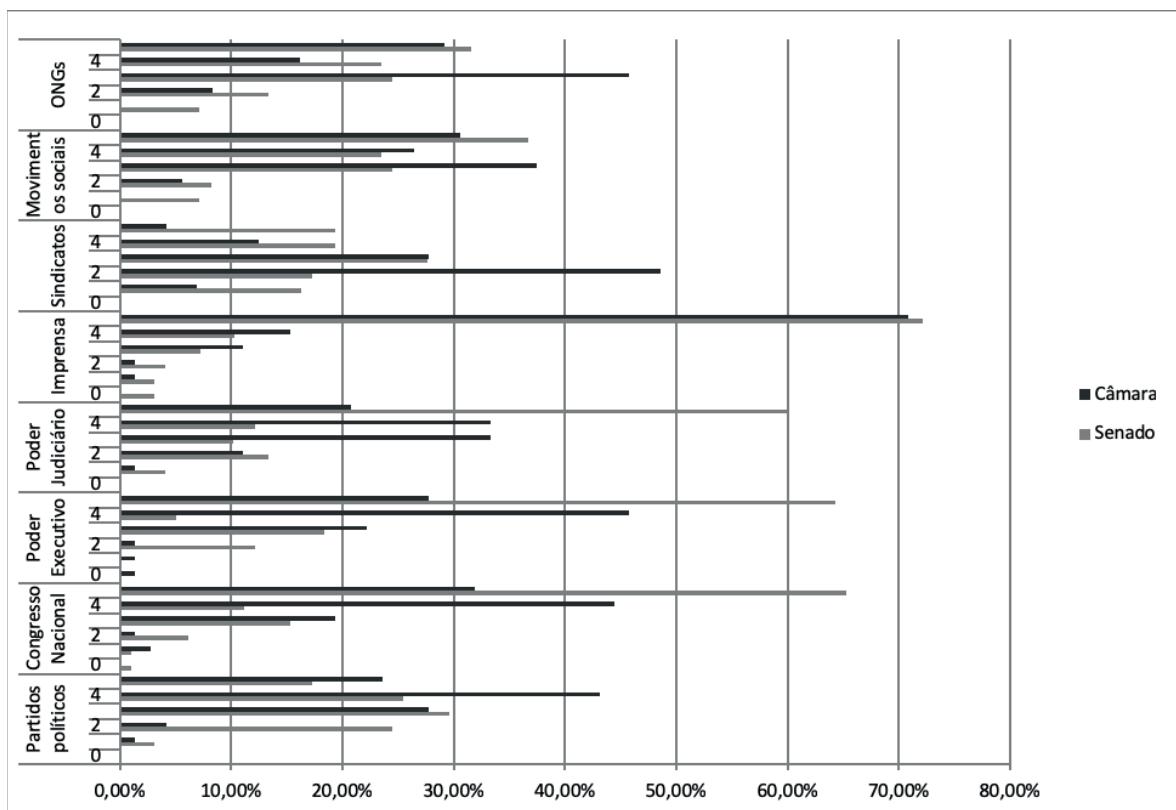
Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Extrema direita	0,0	0,0
Direita	6,1	0,0
Centro-direita	6,1	1,4
Centro	12,2	4,2
Centro-esquerda	34,8	23,6
Esquerda	23,5	31,9
Extrema-esquerda	5,1	1,4
Não me enquadro em nenhuma	7,1	15,3

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
Considero-me apolítico	5,1	22,2
Total	100,0	100,0

Fonte: elaboração própria.

Como mostra o Gráfico 1, os informantes tendem a considerar como positiva as contribuições das instituições da República, destacando-se o Congresso Nacional, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, com a ressalva de que a percepção dos jornalistas do Senado é mais positiva do que a percepção dos profissionais da Câmara. Chama atenção o prestígio atribuído ao Congresso Nacional, um indicador da influência da cultura institucional na percepção política dos informantes. Fora do escopo dos Três Poderes, a imprensa é a instituição que se sobressai pela sua contribuição à democaracia, ultrapassando, inclusive os Poderes da República, com um índice de percepção muito similar nos dois segmentos consultados. Esse viés também se explica pela cultura profissional de jornalista, visto que a cultura profissional é um dos elementos definidores da identidade pessoal (TRAVANCAS, 1993).

Gráfico 1 – Quais as contribuições das instituições abaixo para a democracia brasileira, numa escala de zero a 5?



Fonte: elaboração própria.

Questionados em relação a que segmentos o Governo e o Congresso Nacional deveriam considerar ao propor novas leis ou ao alterar a legislação existente, prevalece nos dois grupos a percepção de que deveria ser levada em conta a opinião da maioria da população, embora os demais segmentos elencados no questionário também sejam considerados relevantes (Tabela 14). Mas chama atenção o pressuposto de participação da sociedade no processo legislativo, reiterando mais uma vez a participação como um valor democrático. Isso certamente significa uma rejeição ao modelo atual de legislar, em que o Poder Executivo e o Congresso formulam novas leis e alteram as já existentes, incluindo a Constituição, sem consultar o povo.

Tabela 14 – Na sua opinião, ao fazer novas leis ou mudar as leis vigentes, o Governo e o Congresso nacional deveriam levar em conta:

Respostas	Senado (%)	Câmara (%)
A opinião de especialistas sobre o tema da lei	65,3	47,2
A opinião dos partidos	50,0	9,7
A opinião de sindicatos, associações e entidades que representam aqueles que serão diretamente afetados pelas leis	71,0	69,4
A opinião da maioria da população	84,7	66,7

Fonte: elaboração própria.

Conclusões

O estudo teve como objetivo mapear os valores políticos dos jornalistas que atuam nas mídias institucionais das duas casas do Congresso Nacional. Os dados mostram que esse segmento profissional do campo do jornalismo político no âmbito público apresenta fortes convergências em termos de valores políticos. Tal convergência pode ser entendida como resultante de uma socialização política e profissional comum, visto que a análise do perfil dos informantes mostra predomínio de profissionais na faixa etária de 31 a 50 anos.

Os dados mostram elevada taxa de adesão dos respondentes à democracia e uma percepção positiva dos avanços no combate à corrupção. Diferentemente da opinião da maioria da população brasileira, os jornalistas das duas instituições consideram que os partidos políticos são indispensáveis nos regimes democráticos. Tal visão certamente se justifica porque esses profissionais lidam diretamente com a atuação dos partidos no âmbito das duas instituições. Afinal, as agremiações partidárias exercem muito poder na esfera parlamentar, conforme registra a literatura da área de Ciência Política, a exemplo de Scheeffer (2015) e Tarouco e Madeira (2013).

Além disso, os informantes revelam elevada adesão ao valor da igualdade como pilar da democracia, inclusive com a defesa das políticas de direitos igualitários e dos direitos

das novas configurações familiares. Ao serem indagados sobre os direitos das famílias na atualidade, 88,4% dos jornalistas do Senado e 91,2% da Câmara responderam que todos os tipos de família devem ser tratados de forma igualitária perante a lei. Essa é uma questão emblemática no atual debate sobre igualdade de direitos no Brasil, com extenso debate no Congresso Nacional, conforme foi abordado anteriormente.

A posição favorável à participação política é outro aspecto comum, seja em termos institucionais ou não. Para os informantes, a participação política na atualidade é uma forma democrática de atuação do cidadão, seja pelas vias institucionais, como o voto e a expressão por meio dos canais oferecidos pelas próprias instituições, seja na forma de protestos, boicotes e manifestações.

Os valores políticos dos informantes se justifica pela posição política que eles assumem. Em termos políticos, os informantes se auto-declaram principalmente de centro-esquerda, de esquerda e de centro, com perfil progressista em termos de valores políticos. Convém frisar que não houve registros de respondentes de extrema direita e apenas 6,1% de direita no Senado.

Cabe ressaltar, por fim, que a pesquisa aqui apresenta como diferencial uma análise comparativa dos segmentos profissionais das duas casas do Congresso Nacional. Isso é relevante em um cenário de pesquisa cujos estudos existentes se referem a uma instituição apenas, sem a possibilidade de comparações mais sistematizadas. Apesar de integrarem um todo, representado pelo Congresso Nacional, as duas instituições apresentam singularidades que devem ser consideradas, seja no aspecto comparativo, seja em suas particularidades.

Referências

- BALBACHEVSKY, E.; HOLZHACKER, D. O novo consenso da sociedade brasileira: democracia e igualdade. **Opinião Pública**, Campinas, v.17, n.2, p.493-515, nov. 2011.
- BARROS, A. T. et al. História dos canais de comunicação do Legislativo. In: V CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, Facasper e Ciee, São Paulo, 2007. **Anais...**
- BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B. Dilemas dos sistemas híbridos de comunicação institucional: análise das tensões e dos conflitos no projeto da Câmara dos Deputados. **Revista Organicom**, v.12, n.22, 2015.
- BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; MACEDO, S. M. Comunicação, cultura e política nas rádios do poder legislativo no Brasil: identidade e perfil da programação da Rádio Senado e da Rádio Câmara. **Latin American Research Review**, v.50, n.1, p.207-227, 2015.
- BARROS, A. T.; BERNARDES, C. B.; RODRIGUES, M. R. O discurso fundador das mídias legislativas da Câmara dos Deputados. **E-Legis**, n.14, p.7-25, 2014.
- BERNARDES, C. B. As Fontes de Informação nas Mídias Legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados. **Brazilian Journalism Research**, v.7, p.32-49, 2011.
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v.27, n.2, p.263-288, 2012.
- CANTRIL, H.; ALLPORT, G. W. Recent applications of the Study of Values. **The journal of abnormal and social psychology**, v.28, n.3, p.259-267, 1993.

- COPPEDGE, M; GERRING, J; LINDBERG, S, I. Variedades de democracia (V-Dem): un enfoque histórico multidimensional y desagregado. **Revista Española de Ciencia Política**, n.30, p.97-109, 2012.
- DAVISON, W. P. The third-person effect in communication. **Public Opinion Quarterly**, v.47, n.1, p.1-15, 1983.
- DINIZ, E. A reforma do Estado: uma nova perspectiva analítica. **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: EdUnB, p.127-150, 2000.
- ELKINS, Z. Gradations of democracy? Empirical tests of alternative conceptualizations. **American Journal of Political Science**, v.44, n.2, p.293-300, 2000.
- ESSER, F. **Democracy in the Age of Globalization and Mediatization**. London: Palgrave Macmillan, 2013.
- FREITAS, L. C. S. **Introdução ao Jornalismo Legislativo**. Brasília: Senado Federal, 2008.
- GONÇALVES, R. M. D. L. F. **O super-homem pendura o paletó na repartição**: a gênese do jornalista legislativo. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010.
- KUROVSKI, M. V. M. **O jornalismo legislativo e os aspectos que o distinguem da propaganda institucional**: os casos do Jornal do Senado e do Jornal MDS. Trabalho final (especialização) - Curso de Comunicação Legislativa, Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2008.
- LIMA, M. R. S.; CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores: as dimensões da democracia na visão da elite brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.31, sem paginação, 1996.
- MANUEL, L. Família e Democracia. **Humanística e Teologia**. Lisboa, n.16, p.95-108, 1995.
- MOISÉS, J. A. **Cultura política, instituições e democracia**: lições da experiência brasileira. Edição do autor, 2008.
- PERISSINOTTO, R. M.; BRAUNERT, M. B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). **Opinião Pública**, Campinas, v.12, n.1, p.114-135, maio, 2006.
- QUEIROZ, D. **Jornalismo institucional nas TVs Legislativas**: os casos do Brasil e do México. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.
- SALAZAR, L; WOLDENBERG, J. **Principios y valores de la democracia**. v.7. Instituto Federal Electoral, 1997.
- SANT'ANNA, F. Midia das fontes: o difusor do jornalismo corporativo. **Actas do Congreso Internacional Lusocom**, 2006, Santiago de Compostela, 21 e 22 de abril de 2006, p.270-294. Universidade de Santiago de Compostela, 2006.
- _____. **Mídia das fontes**: um novo ator no cenário jornalístico brasileiro: um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal. Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2009.
- SCHEEFFER, F. Direita e esquerda hoje? **Revista Eletrônica Direito e Política**, v.2, n.1, p.36-45, 2015.
- SOARES, P. H. Vantagens e desvantagens do voto obrigatório e do voto facultativo. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v.41 n.161, p.107-132, 2004.
- TAROUCO, G.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v.21, n.45, 2013.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRAVANCAS, I. S. **O mundo dos jornalistas.** São Paulo: Summus, 1993.

Antonio Teixeira de Barros

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999). Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Fernando Pessoa (2008). Docente e pesquisador do Programa de Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação da Câmara dos Deputados, vinculado à linha de pesquisa Política Institucional do Poder Legislativo. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCTDD). Coordenador do grupo de pesquisa “Interatividade, visibilidade e transparência: estratégias da Câmara dos Deputados para aperfeiçoamento da democracia”. Atua nas seguintes áreas de pesquisa: Poder Legislativo, estudos legislativos, democracia digital, representação de minorias, representação feminina, discurso político, participação política, educação para a democracia, mídia e política, cultura política, movimentos sociais e democracia. E-mail: antonibarros@gmail.com.

Recebido em: 27.09.2017

Aprovado em: 20.11.2018

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution Non-Commercial (CC-BY-NC), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

